ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE RAPOSA – MA

Alina Garcês Azevedo[1]

INTRODUÇÃO

A educação ambiental integra o compromisso da escola com a formação de sujeitos capazes de compreender as relações entre sociedade e natureza e de participar das decisões que afetam o lugar onde vivem, compromisso que, no Ensino Fundamental, ganha sentido quando os conteúdos curriculares dialogam com situações concretas, permitindo que as crianças reconheçam problemas ambientais presentes em seu cotidiano e reflitam sobre possibilidades de cuidado coletivo. A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795/1999, reconhece a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, a ser desenvolvido de forma articulada nos diferentes níveis e modalidades de ensino (Brasil, 1999).

Em Raposa, município maranhense marcado pela pesca artesanal, pelos manguezais e pelo turismo ecológico, o mar integra a vida cotidiana e constitui referência de trabalho, cultura e pertencimento. Para muitas famílias, a conservação das águas e dos ambientes costeiros está ligada às condições de continuidade da atividade pesqueira e à atratividade das paisagens naturais, razão pela qual a educação ambiental precisa começar na infância, quando as crianças constroem modos de perceber e cuidar do lugar onde vivem. Discutir o destino do lixo, a poluição que chega aos rios e ao oceano e a proteção dos manguezais significa, nesse cenário, aproximar a aprendizagem escolar de questões que afetam diretamente a comunidade.

Carvalho (2012) propõe compreender a educação ambiental como processo formativo associado à construção de valores e à constituição de sujeitos atentos às relações socioambientais. Na mesma direção, Loureiro (2012) destaca a dimensão crítica e participativa da educação ambiental, indicando a importância de relacionar conhecimento, realidade social e ação coletiva. Essas perspectivas permitem reconhecer o espaço escolar como lugar de reflexão sobre os problemas ambientais e sobre a responsabilidade compartilhada em sua prevenção.

[1]Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pela UFMA. E-mail: alinagarcesazevedo@gmail.com.

Este trabalho apresenta uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental da U.I. São Joaquim, em Raposa – MA. O objetivo foi promover a conscientização ambiental por meio de práticas contextualizadas que relacionassem a preservação dos recursos naturais à realidade da comunidade pesqueira. A proposta articulou Ciências, Geografia e Língua Portuguesa e incluiu a construção de um filtro experimental com materiais simples, além de aulas de campo em espaços de Raposa e no Parque Botânico da Vale, em São Luís. A discussão concentra-se nas possibilidades educativas dessas experiências e em sua contribuição para aproximar o currículo da vida cotidiana dos estudantes.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O estudo caracteriza-se como relato de experiência, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, centrado em práticas pedagógicas de educação ambiental realizadas com estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental da U.I. São Joaquim, no município de Raposa – MA, sendo essa abordagem escolhida do interesse em descrever as atividades desenvolvidas e discutir seus sentidos educativos, sem pretensão de mensurar estatisticamente resultados ou estabelecer relações de causa e efeito.

A proposta assumiu caráter interdisciplinar, articulando conhecimentos de Ciências, Geografia e Língua Portuguesa: em Ciências, foram abordadas questões relativas à água, à poluição e à preservação da vida; em Geografia, as relações entre território, paisagem, recursos naturais e atividades humanas; em Língua Portuguesa, a oralidade e a expressão de ideias durante as discussões propostas. O ponto de partida foi a relação entre a qualidade da água e a vida da comunidade pesqueira, de modo que os conteúdos não fossem apresentados como informações desconectadas do contexto local.

Entre as atividades práticas, destacou-se a montagem de um filtro experimental com garrafa PET, algodão, areia fina, areia grossa e pedras, materiais organizados em camadas para permitir observar a passagem de água misturada com terra pelo dispositivo. A experiência serviu para discutir a retenção de partículas e os limites da filtragem simples: a água visualmente mais clara não deve ser considerada própria para consumo, pois esse procedimento não assegura a eliminação de microrganismos ou contaminantes dissolvidos. A partir da observação, foram propostas reflexões sobre os caminhos da poluição dos rios até o mar e suas possíveis consequências para os ecossistemas e para a pesca.

As ações incluíram ainda aulas de campo em espaços do município de Raposa e no Parque Botânico da Vale, em São Luís, que ampliaram as possibilidades de observação e de diálogo sobre a conservação dos recursos naturais. A aproximação com esses ambientes

ISSN: 2358-8829

permitiu relacionar as discussões desenvolvidas na escola à proteção da biodiversidade e ao cuidado com os espaços naturais, valorizando a curiosidade infantil e o conhecimento construído por meio da experiência.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação ambiental, no âmbito escolar, pressupõe o reconhecimento de que as questões ecológicas estão relacionadas às práticas sociais, culturais e econômicas, perspectiva que encontra respaldo na Lei nº 9.795/1999, a qual estabelece que a educação ambiental deve estar presente de maneira integrada, contínua e permanente na educação formal, afastando a ideia de que o tema se esgota em campanhas ou ações isoladas (Brasil, 1999). Essa orientação favorece propostas que atravessem componentes curriculares e dialoguem com experiências vividas pelos estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também oferece fundamentos para o desenvolvimento de práticas que estimulem investigação, argumentação, responsabilidade e atuação diante de questões do mundo contemporâneo, pois, ao valorizar a mobilização de conhecimentos em situações reais, o documento possibilita que problemas relativos à água, à conservação dos ecossistemas e ao uso dos recursos naturais sejam trabalhados em conexão com a formação integral dos estudantes (Brasil, 2018). A interdisciplinaridade, nesse caso, não significa apenas reunir conteúdos de disciplinas distintas, mas construir relações que auxiliem na interpretação de um mesmo problema.

Na abordagem de Carvalho (2012), a formação do sujeito ecológico envolve a construção de sensibilidades, valores e formas de compreender a inserção humana no ambiente. Essa compreensão é relevante para os anos iniciais, período em que a observação, a curiosidade e a participação em experiências concretas podem favorecer perguntas sobre os ambientes conhecidos pelas crianças. Loureiro (2012), por sua vez, contribui para situar a educação ambiental em uma perspectiva crítica, na qual o conhecimento sobre a natureza é articulado às relações sociais e à participação cidadã.

Na comunidade pesqueira de Raposa, esses fundamentos ganham significado particular: ensinar às crianças por que o lixo lançado nas ruas e nos cursos d’água pode alcançar o mar é também discutir as condições de vida de peixes e outros organismos, a qualidade ambiental dos manguezais e a continuidade da pesca artesanal. O turismo ecológico, igualmente relacionado à conservação das paisagens e da biodiversidade, amplia a importância desse debate. A escola pode, assim, valorizar os saberes das famílias e incentivar os estudantes a reconhecerem que proteger o ambiente costeiro é cuidar do patrimônio natural, cultural e econômico de seu

município, sem transferir às crianças a responsabilidade exclusiva por problemas que exigem ações coletivas e políticas públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades realizadas ofereceram diferentes oportunidades de aproximar a educação ambiental da vida das crianças: o experimento de filtragem permitiu observar a presença de impurezas na água, enquanto as aulas de campo em Raposa e no Parque Botânico da Vale, em São Luís, ampliaram o contato com espaços de aprendizagem fora da escola. O sentido dessas ações se torna especialmente relevante em um município pesqueiro, no qual a degradação dos ambientes aquáticos pode comprometer a biodiversidade, as atividades de pesca e o turismo ecológico. Ao relacionar a água utilizada no experimento com os rios, os manguezais e o mar, o projeto estabeleceu uma ponte entre a investigação escolar e o cuidado com o território.

A construção do filtro natural constituiu o eixo prático mais definido da proposta. Ao acompanhar a passagem de água com terra pelas camadas de algodão, areia e pedras, os estudantes tiveram contato com uma representação simplificada de processos de separação de materiais. O experimento permitiu introduzir questões sobre o aspecto da água e sobre a diferença entre retirar parte das partículas visíveis e garantir sua potabilidade. A discussão foi ampliada para os efeitos da poluição em cursos d'água e ambientes marinhos, considerando possíveis prejuízos à fauna, às atividades pesqueiras e à conservação dos ecossistemas.

As aulas de campo em espaços de Raposa e no Parque Botânico da Vale, em São Luís, contribuíram para ampliar a discussão sobre preservação, permitindo tratar a conservação ambiental como uma questão concreta, vinculada aos lugares conhecidos pelos estudantes. No caso de Raposa, essa aproximação é particularmente importante porque os ambientes costeiros não representam apenas paisagens a serem admiradas: integram as relações de trabalho, a alimentação, a memória e a identidade local. A visita a um espaço dedicado à educação ambiental também ajudou a situar a proteção da natureza em uma perspectiva mais ampla, que abrange a biodiversidade e a responsabilidade coletiva.

A articulação entre experimentação e visitas também permitiu tratar a educação ambiental como tema interdisciplinar. A observação da água e dos ambientes mobilizou conhecimentos de Ciências; as relações entre o território, os usos dos recursos naturais e a vida comunitária aproximaram a proposta da Geografia; e as conversas sobre as experiências abriram espaço para práticas de oralidade e construção de explicações, vinculadas à Língua Portuguesa. Essa integração é coerente com a orientação da BNCC de promover aprendizagens

ISSN: 2358-8829

contextualizadas e com a compreensão de Loureiro (2012) sobre a dimensão social da educação ambiental.

A integração entre as atividades práticas e as aulas de campo reforçou o sentido social da educação ambiental na infância. Ao compreenderem a relação entre o cuidado com a água, a preservação dos manguezais e a proteção da vida marinha, as crianças puderam reconhecer que o ambiente não está separado de sua história nem das atividades que movimentam a comunidade. Em Raposa, onde a pesca artesanal e o turismo ecológico fazem parte da identidade local, essa aprendizagem contribui para formar uma consciência de pertencimento e responsabilidade, capaz de orientar escolhas cotidianas e estimular conversas sobre preservação também fora da escola. Assim, o projeto reafirma o valor de práticas pedagógicas que fazem da realidade vivida pelas crianças um ponto de partida para a construção de conhecimentos e atitudes de cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida na U.I. São Joaquim reafirmou a importância de iniciar a educação ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente em Raposa, onde o mar, os manguezais e as paisagens costeiras estão diretamente relacionados ao trabalho, à cultura e às formas de vida da população. Ao aproximar os conteúdos escolares dessa realidade, o projeto tornou a preservação ambiental um tema próximo das crianças e possibilitou que o cuidado com a água e com os ecossistemas fosse compreendido como uma responsabilidade compartilhada, essencial à continuidade da pesca artesanal e à valorização do turismo ecológico.

A construção do filtro natural, as discussões em sala de aula e as aulas de campo proporcionaram experiências de observação, investigação, reflexão e participação, habilidades importantes para a formação de atitudes conscientes que podem acompanhar os estudantes ao longo da vida. Concluímos que a educação ambiental contextualizada contribui para que as crianças reconheçam seu papel na proteção do lugar onde vivem e encontrem sentido nos conhecimentos escolares, levando para suas relações familiares e comunitárias reflexões sobre o descarte de resíduos, a conservação da água e o respeito à natureza. O alcance dessa formação não se encerra na escola: cada criança pode tornar-se multiplicadora de práticas de cuidado e de valorização do patrimônio ambiental de Raposa. Ensinar a preservar o mar desde a infância significa, portanto, cultivar vínculos com a própria história, reconhecer a dignidade das atividades pesqueiras e fortalecer o compromisso coletivo com um futuro em que a vida, a cultura e os recursos naturais da comunidade possam continuar sendo preservados.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 9 nov. 2026.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.